

GUIDO THOMAS MARLIÈRE, UM DESBRAVADOR

Gilberto Emílio CHAUDON

Na riquíssima história das Minas Gerais inúmeros vultos se destacaram e deixaram a marca de sua atuação, nos mais diversos campos da atividade humana, sobressaindo-se muitos nas lutas pela liberdade do Brasil, onde fulguram os nomes de Felipe dos Santos e de Tiradentes. Mas hoje pretendo lembrar a figura de um militar francês que veio emigrado por ocasião das guerras napoleônicas e que, chegando a Vila Rica em 1811 permaneceu em nosso país, atuando na Zona da Mata e nas áreas dos rios Doce e Jequitinhonha, vindo a falecer em 1836 depois de haver lançado os fundamentos de futuras povoações.

Chamava-se Guido Thomas Marlière, figura pouco lembrada mas que teve papel relevante no apaziguamento de várias tribos indígenas, tendo demonstrado particular habilidade em se relacionar com nossos índios, o que muito contribuiu para as missões que, posteriormente, lhe foram confiadas pelas autoridades da Capitania.

Casado em Portugal com D^a Maria Marlière, não deixando desse casamento nenhuma descendência, deixou, entretanto, alguns filhos bastardos homens e mulheres. Um desses filhos de nome Leopoldo e apelido de Cadete, casou-se e deixou descendência residente na freguesia de Sapé.

Depreende-se que Marlière chegou ao Brasil na leva de emigrados que acompanharam a Família Real em sua transmigração para a colônia em 1808, tendo ingressado no Exército. Por Carta Patente de 9 de setembro de 1810, o Príncipe Regente Dom João nomeou o Alferes do 1º Regimento de Cavalaria do Exército GUIDO THOMAS MARLIÈRE para Tenente agregado ao Regimento de Cavalaria de Linha da Capitania de Minas Gerais, com a graduação de Capitão. Para assumir o posto que lhe fora designado, Marlière dirige-se a Vila Rica, e, já em 4 de janeiro de 1811 o Conde de Linhares oficiava ao Conde de Palma, de ordem do Príncipe Regente, recomendando que fosse dada a Guido Thomas Marlière uma porção de terra para que ele pudesse mandar cultivá-la a fim de tirar dela parte de sua subsistência.

Apenas instalado em Vila Rica Marlière, foi suspeito de enviado de Bonaparte, como se vê do Aviso "secretíssimo" do Conde de Linhares dirigido em 4 de julho de 1811 ao Conde de Palma, onde se lê: "... e havendo agora chegado com grande probabilidade à Sua Real Presença (do Príncipe Regente) uma secreta informação, pela qual parece mostrar-se que o emigrado Guido Thomas Marlière, Tenente agregado ao Regimento de Cavalaria de Minas Gerais, e que Sua Alteza tanto tem beneficiado, é um emissário de Bonaparte, e ligado com ele para subverter estes Estados; ordena Sua Alteza Real que V. Excia. logo que receber este Aviso, o faça prender, tomando-lhe todos os papéis e correspondência e que o mande remeter aqui, com toda a segurança ao Intendente Geral da Polícia etc. etc. ..."

Executando essas ordens, o Conde de Palma, dava conta das primeiras investigações, nestes termos "... mas devo dizer que até agora não me consta que o referido Oficial soltasse vozes contra o Nosso Augusto Príncipe e Nação Portuguesa; era sim muito livre em matérias de Religião, e os seus repetidos e insensatos discursos neste objeto, tinham indisposto a maior parte das gentes contra si: isto é de que me informam, porque na minha presença não proferiu ele semelhantes absurdos impunemente. Posso também afirmar, que geralmente não gostavam deste Oficial os habitantes de Vila Rica, tal é o ódio que se tem aqui ao nome Francês, e àqueles que faltam ao respeito às coisas Santas."

Em carta do próprio Marlière dirigida ao seu General, em data de 20 de julho de 1811, defende-se das acusações injustas, protestando ser tudo certamente obra de um desafeto que intenta desgraça-lo, e pede que o Sr. Ouvidor dê curso ao processo para que a verdade seja restabelecida.

Da farta documentação publicada pela Revista do Arquivo Público Mineiro nada consta que nos faça supor haver sido achado culpado o Capitão Marlière das suspeitas que lhe imputaram, resultantes sem dúvida de mera calúnias.

Tendo recebido das autoridades da Capitania a incumbência de averiguar os motivos das desordens e inquietação em que viviam os índios que vagavam, selvagens ou semi-civilizados, pelas florestas das bacias dos rios Pomba, Muriaé, Sacramento e Doce, saiu-se a contento o Capitão Marlière, o que resultou na sua indicação para a Direção Geral dos Índios naquelas regiões, conforme Patente concedida pelo Imperador (D. Pedro I) por decreto de 29 de abril de 1824, exarada nos seguintes têmos: "Convindo que as Divisões Militares do Rio Doce tenham um Comandante, e concorrendo na pessoa do Oficial declarado nesta patente, as qualidades precisas para bem exercer aquele Comando, visto que, este Oficial tem desempenhado a Comissão em que se acha de Inspetor das mesmas Divisões; Hei por bem, por meu Imperial Decreto de 29 de abril do presente ano,

nomeá-lo Comandante das referidas Divisões Militares do Rio Doce, e Encarregado da Civilização e Catequese dos Índios; passando no mesmo posto de Tenente Coronel para o Estado Maior do Exército. S. M. O Imperador o mandou pelos Consrs. de Guerra abaixo assinados, ambos do seu Conselho. Dada nesta cidade do Rio de Janeiro. Antonio da Costa Cabral o fez aos 2 dias do mês de julho do ano de N. S. Jesus Cristo de 1824, 3º da Independência e do Império.”

Sua atividade foi das mais louváveis pelos métodos humanitários com que os executava, procurando civilizar os Índios Coropós, Coroados, Puris e Botocudos, e fixando-os no trabalho em diversas aldeias já existentes ou que vieram a ser criadas.

A amplitude e os resultados do trabalho de Marlière podem ser avaliados, de relance, consultando-se a volumosa quantidade de documentos que, em boa hora, a Revista do Arquivo Público Mineiro dos anos de 1905, 1906 e 1907 publicou: são cartas, avisos, ordens de serviço, representações, relatórios, etc., que abarcam centenas de páginas da referida publicação. Com esses seus trabalhos à frente da Direção Geral dos Índios, Guido Thomas Marlière fez papel de desbravador dos sertões de Minas Gerais, na árdua faina de manter contatos com diferentes tribos de nossos índios, atraindo-os para os aldeamentos onde lhes era dispensado humanitário tratamento; com isto Marlière tornou-se também um colonizador, responsável pela abertura de estradas e pela função de diversos núcleos de futuras povoações, o que lhe valeu diversos louvores transmitidos em nome de S. Magestade.

Numa de suas navegações pelo rio Doce, em sua missão de contactar índios Botocudos, Marlière teve ocasião de conhecer um índio de nome Pokrane, de 24 ou 25 anos, que foi tomado debaixo da sua especial proteção; fê-lo batisar, dando-lhe seu próprio nome Guido; esse índio passou a ser o interprete fiel e predileto de Marlière, que teve nele seu braço direito na tarefa a que se entregava. Esse índio morreu na idade provável de 44 anos, em 1843, depois de chefiar os bugres das matas de Manhuassú, onde fundou a povoação. Com o nome de Pocrane existe hoje um município, desmembrado do de Ipanema, na zona do rio Doce.

Em memória enviada ao Barão de Caeté, Presidente da Província de Minas Gerais, Marlière analisava a situação geral dos índios e de sua civilização em que reponta sua indignação quanto à ação dos civilizados para com os índios. Dizia ele: “Que bons cidadãos são os que lhes dão camisas de bexigentos, e dos que morreram nelas de sarampo, para os exterminar? Que os convidam para comer e lhes dão tiros? Que convidam o Diretor a misturar veneno no angú deles para os acabar de uma vez? Que forcem as suas mulheres e filhas? Que as fazem trabalhar e as pagam com pancadas? Dos que lhes compram a poalha (poaia) às libras com peso de duas? “(14 de dezembro de 1825)

Em carta de 27 de março de 1826 ao Barão de Caeté, assim se expressa Marlière: “Quando exultava de ver tudo prosperar nos índios de minha Direção nesta parte da Província de Minas, recebo a notícia assustadora, que ameaçava de destruição a bela e bem principiada Colonia de Jequitinhonha, precedida de uma seca terrível que a esperança dos colonos e Índios ameaçados de morte pelos efeitos da fome, como consta dos documentos inclusos 1, 2 e 3.” E prossegue Marlière, na sua aflição pela sorte dos índios: “Não são horas de moralizar, sim de socorrer prontamente uns e outros. V. Excia. e seu Conselho, fieis às Leis responderão que não podem tirar dinheiro do Erario sem ordem de Sua Magestade Imperial na forma da Constituição: mas digo que a Constituição não tem artigo “Fome”. Que são uns irmãos nossos que se afogam, e que a Humanidade pede que vamos nadando adiante deles para os salvar de perigo evidente em que se acham.”

Marlière deixou a Direção Geral dos Índios em 1830, por motivos de saúde, tendo encerrado sua preciosa vida em 1836. Faleceu na Fazenda de sua propriedade em Guidoal (antiga Sapé), à beira da estrada que liga Ubá a Cataguazes. Ali existe, inaugurado em 1928, um obelisco em sua memória, em que se lê: “A memória de Guido Thomas Marlière, o desbravador das selvas, abrindo estradas e semeando núcleos de população, as Câmaras Municipais de Ubá, Cataguazes, Rio Branco e Pomba, fizeram erigir este monumento, símbolo da gratidão ao pioneiro do progresso de Minas.” Não há vestígios da sepultura de Marlière em sua propriedade de Guidoal; a casa de morada, a caserna e a figueira que fora plantada por sua mulher não mais existem. Consta que a sepultura foi violada e profanada por compatriotas seus, que dela retiraram sua espada e condecorações. Mas sua obra ficou e produziu seus frutos.

Em carta de 1º de janeiro de 1826 o Barão de Caeté, Presidente da Província de Minas Gerais, encaminhou à Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, para ser levada a S. Magestade o Imperador, uma petição em que Marlière supplicava as Mercês de elevação à dignidade de Barão do Rio Doce e a Decoração de Oficial da Imperial Ordem do Cruzeiro além do Hábito de Cristo para seu filho Leopoldo, Cadete de 1ª Classe. Esse requerimento não obteve deferimento, o que talvez tenha sido o motivo que influiu em sua retirada da Direção Geral dos Índios.

Infelizmente, ao lembrar a figura desse pioneiro desbravador, poderemos ser levados a fazer algumas reflexões em torno à problemática indigenista em nosso país. Forçoso é reconhecer-se o melancólico destino a que estão fadados os remanescentes da grande população indigena que habitava nossa terra por ocasião de sua descoberta pelos portugueses. A partir de então os pobre índios foram sendo espoliados, caçado impiedosamente para servirem de braço escravo

dos brancos - papel a que nunca se submeteram pacificamente. Sua ferocidade para com os brancos resultou justamente da revolta das tribos que se viam perseguidas e caçadas como animais selvagens. O decréscimo no censo de índios que ainda existem no Brasil, é uma prova dos resultados da aculturação que se lhes impôs: as raças primitivas forçosamente tendem a desaparecer, absorvidas pela cultura dos conquistadores. Esta é uma constatação do futuro inevitável que aguarda os remanescentes indígenas em nosso país, empurrados cada vez mais para o interior pela civilização, malgrado a existência de louváveis esforços isolados, e a existência de um órgão nacional de proteção aos Índios. Mas na prática o que se vê não é de molde a nos deixar muitas esperanças. As reservas indígenas, mesmo quando demarcadas, não são respeitadas, sendo ocupadas subrepticiamente por toda sorte de invasores e posseiros, quando não retaliadas para a passagem de estradas e outros projetos governamentais. Vez por outra tomamos conhecimento de protestos que explodem em ações de confronto, de natureza a causar apreensões momentâneas; já tivemos até elementos dos Postos da Funai sequestrados para forçar o órgão a fazer respeitar os direitos dos infelizes ex-donos da terra! Confrange-nos ver a situação dos pobres índios aculturados, que vão perdendo sua individualidade a ponto de, a qualquer momento não mais saberem se são índios ou cidadãos civilizados, fazendo parte da comunidade brasileira. É triste ver-se alguns caciques, ingenuamente, se prestarem ao papel de se exibirem no exterior, em visita a Chefes de Estado de outros países, "assessorando" elementos estrangeiros imbuidos de um falacioso entusiasmo pela defesa da Ecologia no Brasil! É um espetáculo muito melancólico, que dá margem a muitas reflexões.

Mas com esta digressão que o próprio tema provocou, volto ao assunto desta comunicação, acrescentando que, para glória do perfil que nos propuzemos traçar, Guido Thomas Marlière também demonstrou preocupação pelo destino dos escravos negros no Brasil, cujas penosas condições de vida teve ocasião de presenciar. À páginas 614 a 616 da já citada Revista do Arquivo Público Mineiro, ano de 1905 encontramos uma exposição de medidas com que Marlière pensava atenuar aquela situação, documento que se inicia com as seguintes palavras:

"Sonhei que tomando certas medidas para a lenta emancipação dos pobres africanos e sua descendência na América, se poderia tirar algum proveito para o fim desejado." - e seguem-se as sugestões alinhadas em vários itens, todos eles tendentes a proteger o negro escravo e a facilitar-lhe sua liberdade progressiva, colocando-o sob uma proteção nos moldes da que existia para os índios. Não nos estenderemos sobre a matéria para não alongar demais esta comunicação, mas salientamos e exaltamos a preocupação de Marlière, em 1825, com o problema escravagista no Brasil. Acredito que estas palavras sirvam para lembrar, uma figura de pioneiro, de desbravador, de catequista leigo que bem serviu à sua segunda pátria, nos moldes de um verdadeiro humanista.